

UE acelera acordo com Mercosul após EUA invadirem a Venezuela

Cerimônia de assinatura do acordo pode ocorrer na próxima segunda-feira (12)



Se o Conselho aprovar o acordo, Ursula von der Leyen assinará o termo na América do Sul

Por José Henrique Mariante
(Folhapress)

A União Europeia destravou as discussões em torno do acordo de livre comércio com o Mercosul, nesta quarta-feira (7), na esteira da invasão americana na Venezuela. Reunião entre ministros de Agricultura do bloco, em Bruxelas, que oficialmente não tinha o tratado em sua pauta, serviu como prognóstico em relação à votação decisiva sobre o tratado, marcada para sexta.

A Itália, que havia se alinhado com o grupo de oposição liderado pela França pouco antes do Natal, obteve concessões significativas, que não estavam na mesa de negociações até o fim de semana. Cerca de EUR 45 bilhões em subsídios do próximo Orçamento da UE serão antecipados para aplacar a fúria dos fazendeiros do continente.

O ministro italiano de Agricultura, Francesco Lollobrigida, emplacou também uma isenção tarifária de fertilizantes, que estavam na mira do CBAM, a taxa de carbono sobre importações da UE que estreou neste

mês. Há uma cláusula de suspensão no mecanismo, mas a Itália advoga que o insumo seja afastado de vez da tarifação de até 25%. A França participou do pleito.

“Sempre apoiámos a conclusão do acordo, salientando a necessidade de ter em devida conta as preocupações legítimas do setor agrícola”, declarou em comunicado Antonio Tajani, ministro italiano de Relações Exteriores. O trato, segundo ele, traz “enormes benefícios”.

Desmoralizar o instrumento quase em sua estreia foi um dos preços que a Comissão Europeia aceitou pagar para destravar o acordo. Outro foi voltar atrás na nova política de destinação de fundos agrícolas, que previa um controle maior de Bruxelas nas liberações de subsídios durante a vigência do Orçamento 2028-2034.

O timing das deliberações, dias depois da captura de Nicolás Maduro em Caracas, sugere disposição renovada da Comissão Europeia em fechar o acordo, que deve dar um raro fôlego à combalida economia do bloco diante de de-

safios geopolíticos crescentes.

Segundo o site Político, a única dúvida entre diplomatas em Bruxelas era como os EUA receberiam o acordo dias depois de Donald Trump exibir os músculos de sua Doutrina Donroe, o resgate reacionário da Doutrina Monroe, na Venezuela.

Por ela, os EUA teriam ascendência sobre o “hemisfério ocidental” apenas porque isso é uma questão de segurança nacional.

Até aqui, o tratado passou relativamente batido pela verborragia da Casa Branca, ainda que o presidente americano seja um notório crítico do multilateralismo e dos acordos de livre comércio -inclusive dos que os EUA são signatários, como o pacto comercial com México e Canadá, bombardeado por Trump desde seu retorno ao poder, há um ano.

Como já havia ocorrido em dezembro, o governo de Giorgia Meloni sinalizou suas novas intenções antes mesmo da discussão recomençar em Bruxelas.

Sem o voto italiano, a França dificilmente conseguirá uma mi-

noría de bloqueio no Conselho da UE (apoio de ao menos quatro países e a representação de 35% da população do bloco). Ainda que tenha recebido as últimas concessões como avanços, o governo francês continua inflexível e imaginando os próximos passos.

A aprovação no Conselho da UE, na sexta, permitiria à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, viajar na próxima semana para assinar o acordo na América do Sul. A data negociada até aqui para a cerimônia é segunda-feira (12), segundo Bruxelas. A estratégia francesa, no entanto, seria prolongar o debate sobre concessões ou mesmo minar o documento no Parlamento Europeu.

As salvaguardas inseridas no acordo pelos eurodeputados em dezembro e depois ponderadas no chamado diálogo, que reúne integrantes do Parlamento, do Conselho e da Comissão, exigem a aprovação final do documento em Estrasburgo.

A suspensão da importação de frutas do Mercosul com traços de agrotóxicos, anunciada nesta se-

mana, já seria um primeiro movimento dessa ofensiva.

Maud Bregeon, porta-voz do governo francês, lembrou que o Parlamento poderia decidir ainda levar o acordo para apreciação do Tribunal de Justiça da UE, trâmite que consumiria anos. Opositores do tratado já formularam resolução nesse sentido à presidente da Casa, Roberta Metsola, que por enquanto a engavetou.

A aprovação do tratado seria um fato inédito no bloco, que nunca prescindiu do apoio de um de seus fundadores em negociações desse tipo, e elevaria ainda mais a crise política francesa, deixando nas cordas, outra vez, o primeiro-ministro, Sébastien Lecornu.

“O episódio corre o risco de deixar na opinião pública um sentimento de impotência política com efeitos deletérios”, escreveu em editorial o Le Monde. O influente jornal francês classificou a oposição do presidente Emmanuel Macron ao tratado como “aposta diplomática errada em um momento decisivo para a Europa”.

Protestos se espalham pelo Irã e regime aumenta repressão

Os protestos que começaram no final do ano no Irã se espalharam pelo país, provocando o maior desafio à teocracia islâmica que o governa desde 1979 desde que manifestantes foram às ruas em 2022 e 2023 devido à morte de uma jovem sob custódia policial.

Segundo a rede de ativistas Hrana, sediada nos Estados Unidos, ao menos 36 pessoas morreram e 2.076 foram presas do dia 28 de dezembro até a quarta (7). O líder supremo do país, aiatolá Ali Khamenei, afirma que o regime não irá “ceder a seus inimigos”.

Desta vez, o estopim dos protestos é a carestia. A inflação fechou 2025 em 42,5%, e a moeda

local, o rial, perdeu metade de seu valor ante o dólar ao longo do ano. Isso atinge particularmente a instruída classe média iraniana, pois boa parte dos bens de consumo do país vêm de fora.

Mas logo os protestos se diversificaram, mirando o regime em si. Assim como ficou evidente na rodada anterior, quando os atos foram disparados pela morte de Mahsa Amini na cadeia da polícia religiosa, que a havia detido por considerar que seu véu estava colocado de forma errada, o fastio contra o sistema é grande.

Segundo levantamento divulgado nesta quarta pelo serviço persa da BBC, ao menos 17 das

31 províncias do Irã estão registrando protestos. O governo promete manter a repressão em alta.

“Após os anúncios de Israel e do presidente dos EUA, não há desculpas para aquele indo às ruas para fazer baderna. De agora em diante, não haverá leniência para qualquer um que ajudar inimigos da República Islâmica”, afirmou o chefe do Judiciário, Gholamhossein Mohseni Ejei.

Ele se referia ao apoio israelenses e de Donald Trump aos protestos. Na sexta (2), véspera da ação em que suas forças capturaram o ditador venezuelano, Nicolás Maduro, um aliado de Teerã, o americano havia dito

que apoiaria militarmente os manifestantes se houve repressão com morte.

No ano passado, os EUA intervieram na guerra que se desenrolava à distância entre Irã e Israel, com trocas de ataques aéreos. Bombardearam instalações nucleares inacessíveis às forças do Estado judeu, e por fim o conflito chegou a uma instável trégua depois de 12 dias.

Um dos principais focos de protestos é a oeste do país, junto à fronteira iraquiana. Na província de Ilam, vídeos gravados por moradores mostraram pela primeira vez manifestantes armados com fuzis e atirando para cima, o que leva ao temor de uma escalada na violência.

Toda a região é das mais pobres do Irã, e sua posição estratégica a torna mais militarizada.

Segundo ativistas, isso tem levado a repressão mais dura, principalmente em Ilam. A província tem maioria étnica curda, o que aumenta a tensão com o regime.

Segundo a agência iraniana Fars, ligada à temida Guarda Revolucionária, participantes de um funeral de dois manifestantes em Malekshahi, em Ilam, começaram a protestar e foram reprimidos pela polícia a tiros.

Há protestos também em cidades grandes, mas em escala bem menor do que a registrada em 2022 e 2023. Na capital, Teerã, o foco são os bazares, onde imagens gravadas mostraram cartazes pedindo a intervenção de Trump. Em Shiraz e Isfahan, as periferias registram atos diários, mas de intensidade baixa.

Por Igor Gielow
(Folhapress)